

Despesas com segurança de Estados e DF crescem 14% acima da inflação no 1º semestre

Contas públicas Apesar de não terem vinculação obrigatória, gastos dos Estados com a categoria crescem 14,2% em relação ao 1º semestre de 2018

Segurança ganha espaço nas despesas dos governos estaduais

Marta Watanabe e Rafael Rosas
De São Paulo e do Rio

Mesmo sem despesas vinculadas a receitas e alvo de premência revelada por pesquisas de opinião, a segurança pública foi destino de gastos que cresceram em termos reais e em ritmo mais acelerado que as despesas totais dos Estados nos últimos anos. No primeiro semestre de 2024 esses gastos totalizaram, no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal, R\$ 55,76 bilhões, 14,2% reais a mais contra iguais meses de 2018. A despesa total agregada dos entes federados cresceu 9% no mesmo período. Educação e saúde avançaram mais, com altas de 36,5% e 37,4%, respectivamente.



"A União não pauta segurança, não tem indução como na educação ou saúde"
Ursula Dias Peres

Segurança, educação e saúde são o trio de serviços públicos estaduais com maior volume de gastos. Juntos, representaram 37,2% das despesas totais dos Estados de janeiro a junho de 2024. Das três áreas, a única que não tem gastos vinculados a receitas, com obrigatoriedade de obedecer a mínimos constitucionais, é a segurança. Isso explica em parte por que, apesar do avanço da segurança no decorrer desses últimos anos, a fatia dessa área dentro das despesas totais dos Estados cresceu menos que a da educação e saúde. A participação da segurança ficou em 8,7% em 2018, subiu para 9,3% em 2023, mas recuou para 9,1% este ano, com alta de 0,4 ponto percentual em todo o período levantado. A educação cresceu de 12,1% em 2018 para 15,1% em 2024, e a saúde, de 10,3% para 13%. Altas respectivas de 3 e 2,7 pontos percentuais, sempre considerando os gastos do primeiro semestre. Parte do espaço ocupado pelas despesas com segurança, educação e saúde veio dos gastos de Previdência Social, cuja fatia na despesa total caiu de 18,6% para 16,7% de 2018 a 2024, também de janeiro a junho.

Os dados incluem despesas correntes e investimentos e foram levantados pelo Valor dos relatórios resumidos de execução orçamentária entregues pelos Estados ao Tesouro Nacional. Os números foram extraídos de 8 a 12 de agosto. Foram considerados valores liquidados e não estão incluídas as despesas intra-orçamentárias. Fatores conjunturais, como a pandemia de covid-19 e o forte aumento de receitas experimentado pelos Estados nos últimos anos, explicam parte do quadro atual de despesas nos principais serviços prestados pelos Estados, apontam especialistas. (ver texto abaixo)

Na segurança pública, os dados apontam grande volume de gastos, apesar de não haver vinculação obrigatória, como há na saúde e educação, diz Ursula Dias Peres, professora de políticas públicas da Escola de Artes, Ciência e Humanidades da USP. "Na segurança há uma premência e uma pressão de comprometimento orçamentário

multo grande. E de gastos do próprio Tesouro estadual, e não de recursos vindos de fundos", diz Peres. Ela ressalta, porém, uma situação heterogênea entre os Estados.

Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro estão entre os Estados com maiores despesas na segurança pública, em termos absolutos. Foram no primeiro semestre R\$ 8,78 bilhões em Minas, R\$ 7,47 bilhões em São Paulo e R\$ 7,44 bilhões no Rio. (ver quadro no lado).

Embora tenham gastos parecidos em termos absolutos, São Paulo tem população bem maior que a do Rio, observa Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI). Segundo o IBGE, o território paulista soma 44,4 milhões de habitantes enquanto o fluminense, 16,1 milhões. "O gasto per capita no Rio, portanto, é maior do que em São Paulo. Mas também é preciso analisar a eficiência no uso de recursos. A discussão não deve ser apenas de nível, mas também de qualidade dos gastos."

O levantamento mostra que há também diferenças significativas na estrutura de despesas. Em Minas, a despesa com segurança representa 18% do gasto total do Estado. Em São Paulo são 4,7% e, no Rio, 15,1%. Na educação e na saúde as participações também divergem entre os três Estados, mas com amplitude menor. São Paulo tem 16,1% e 10,5% das despesas totais na educação e saúde, respectivamente. No Rio, são 8,2% e 8,6%. Em Minas Gerais, são 15,7% e 12,3%, sempre na mesma ordem e no primeiro semestre de 2024.

Para Peres, a heterogeneidade no caso da segurança pública está relacionada à gestão atual da área. "O Sistema Único de Segurança Pública [Susp] existe na letra da lei, mas quem opera a segurança maioritariamente são os Estados, responsáveis por 80% do financiamento. A União não pauta a segurança, não consegue ter indução como tem na saúde, na educação ou na assistência social", avalia.

"Cada Estado faz uma política, tem governança muito diferente na segurança pública, no tipo de tratamento da polícia, nas regras de incorporação de salários, no forma de atuação de repressão ou de inteligência policial, até mesmo no uso de câmeras. A União está tentando regular agora, mas tudo ainda é muito disperso. Essa disparidade de governança reflete no orçamento", avalia Peres.

Minas Gerais costuma incluir o dado de previdência do regime estatutário no gasto da segurança, o que muitas vezes eleva a despesa em relação a outros Estados que não seguem a mesma contabilização, observa Peres. Em nota, o governo de Minas Gerais informou que os gastos de segurança pública do Estado incluem os militares da reserva "uma vez que o quadro militar não se aposenta no Estado, mas entra em estado de reserva remunerada ao final do período de atividades estabelecido em lei".

O Susp, destaca Vilma Pinto, foi criado em 2018. "Mas há dificuldade de enxergar a institucionalidade desse instrumento. É preciso um trabalho de melhora da governança e eficiência desses gastos." A segurança pública entrou em debate mais recentemente, observa, com a divulgação de pesquisas de opinião pública que revelaram a sensação de insegurança da população.

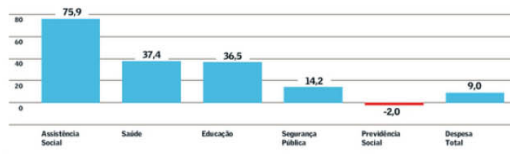
No caso do Estado do Rio de Janeiro, a falta de uma política abrangente de segurança pública explica os altos gastos na área, diz o professor de sociologia Daniel Hirata, coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (Unifluminense). Ele ressalta que, no Estado, a característica é basear a estratégia do setor em operações po-

Educação e saúde ganham mais espaço que segurança

Despesas selecionadas dos Estados como fatia da receita total de Jan-Jun* - %



Com exceção da Previdência, houve crescimento real nos principais gastos (Variação real de despesas selecionadas dos Estados de Jan-Jun24/Jan-Jun18** - %)



Gastos nos principais serviços prestados
Valor da despesa de Jan-Jun de 2024 e participação na despesa total*

Estado	Educação		Saúde		Segurança Pública	
	Valor (R\$ bilhões)	Participação (%)	Valor (R\$ bilhões)	Participação (%)	Valor (R\$ bilhões)	Participação (%)
MG	7,68	15,7	5,98	12,3	8,78	18,0
SP	25,93	16,1	16,93	10,5	7,47	4,7
RJ	4,06	8,2	4,27	8,6	7,44	15,1
BA	5,81	18,0	5,69	17,6	2,95	9,1
RS	2,86	8,1	4,52	12,7	2,93	8,2
PR	6,36	21,7	3,34	11,4	2,42	8,3
AM	3,79	17,8	2,71	12,7	2,58	11,2
RN	3,02	16,4	2,80	15,2	2,17	11,8
GO	2,99	15,7	2,44	12,8	1,95	10,3
MT	2,01	13,0	1,62	10,5	1,84	11,9
PE	3,53	16,2	4,40	20,2	1,61	7,4
SC	3,26	14,7	3,28	14,8	1,60	7,2
AC	2,37	15,6	2,41	15,9	1,31	8,6
DF	1,27	13,7	0,96	10,3	1,13	12,1
ES	1,26	10,8	2,14	18,4	1,04	8,9
AL	0,91	11,5	1,32	16,7	1,03	13,0
MA	2,68	20,4	2,18	16,6	1,02	7,8
PB	1,84	21,5	1,31	15,3	0,95	11,1
MS	1,54	13,7	0,97	8,6	0,87	7,8
RO	0,90	15,4	0,75	12,7	0,63	14,1
SE	0,86	12,7	1,33	19,5	0,73	10,7
PI	1,12	11,4	1,55	15,8	0,72	7,3
TO	0,92	12,1	1,58	20,7	0,68	8,9
DF	2,85	16,6	2,23	13,0	0,58	3,4
AP	0,78	19,1	0,86	21,1	0,49	12,0
AC	1,07	22,2	0,91	18,8	0,48	9,7
RR	0,71	19,4	0,79	21,6	0,36	9,7
Total	92,38	15,1	79,27	13,0	55,76	9,1

Fonte: relatório resumido de execução orçamentária dos Estados, com elaboração do Valor. *Despesas liquidadas. **Variação pelo IPCA

lícios. Hirata pondera que, ao se analisar a letalidade policial, nota-se que em São Paulo as mortes acontecem em maior número em situações de roubo e perseguição. No Rio, diz, a letalidade é maior em operações policiais, um "indicativo da centralidade que as operações ocupam na estratégia de segurança". São operações crescentes, "extremamente caras", uma vez que demandam grande volume de pessoal, equipamentos, armamentos pesados, veículos e tecnologias. "Essas operações são necessárias. O problema é que se tornaram rotineiras e o principal instrumento de segurança pública. E têm custo muito alto", frisa. No Rio "atacamos mais os sintomas", e não a origem do problema, observa.

De forma geral, diz Peres, há na segurança baixo investimento em inteligência, policiamento investigativo. "Isso nos leva hoje a uma situação muito complicada, porque aumentou muito o crime contra patrimônio e estelionato. E os nossos policiais não estão focados nisso. Temos polícia ostensiva voltada para o enfrentamento de violência de rua, de tráfico, mas não com uma inteligência investigativa. Estamos enfrentando mais golpes, com crimes via celular, internet. E isso precisa de investimento em

software, monitoramento, qualificação, treinamento." A abertura dos dados de subfunções da segurança pública informados nos relatórios fiscais mostra que no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal 29,3% das despesas na área vão para policiamento. Para a subfunção "informação e inteligência" são 2,4%. "É muito baixo, embora a população muitas vezes demande presença policial. As pessoas querem ver rondas", avalia Peres. "É, administrativamente, é mais fácil gastar com pessoal do que fazer licitações complexas que impliquem contratação específica."

Segundo dados do "Anuário Brasileiro de Segurança Pública" de 2024, a taxa com número de estelionatos a cada 100 mil habitantes cresceu 8,2% em 2023 contra 2022. A de estelionato por meio eletrônico subiu 13,6%.

Procurado, o governo fluminense afirmou que a segurança pública consome uma fatia maior do orçamento em razão da despesa com a folha de pagamento das forças de segurança e administração penitenciária, "sem acarretar prejuízos aos investimentos nas áreas de saúde e educação". A nota diz que na gestão atual foram investidos mais de R\$ 4 bilhões, com foco em

tecnologia e modernização das polícias. O Rio, diz a nota, é o Estado que mais adquiriu câmeras corporais para as polícias — somente na Polícia Militar foram mais de 13 mil equipamentos instalados — e ainda terá mais de 5.800 viaturas das forças de segurança com câmeras embarcadas. Também em nota, o governo de São Paulo diz que é um dos líderes de investimentos em segurança, com mais de R\$ 15 bilhões empenhados em 2023. Em volume, significa quase 15 vezes o valor de Estados que investiram cerca de 10% do orçamento, diz a nota. O comunicado diz ainda que o conjunto dos gastos em segurança, administração penitenciária e Fundação Casa soma R\$ 11 bilhões, equivalente a 6,9% da despesa total.

Diferentemente de outros Estados, prossegue a nota, o serviço da dívida que a União representa parte considerável das despesas liquidadas (7,9%). Da mesma forma, os gastos com transporte (6,4%) são importantes em São Paulo, em razão de sua extensa malha viária, e tem menor representatividade em outros Estados — muitos com rodovias federais. "São particularidades de cada ente da federação, que não significam baixos valores empenhados no setor", diz a nota.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 4